



Ministro mostra que disseminadores de mentiras recolhem notícias verdadeiras na imprensa, mas manipulam conteúdo para enganar

Moraes avisa sobre 2ª geração de fake news

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, chamou a atenção, ontem, para o novo dispositivo que está sendo utilizado nas campanhas eleitorais: a utilização da mídia tradicional para a disseminação de mentiras e desinformações na internet. Essa modalidade foi classificada por ele como a “segunda geração” das fake news.

Segundo o ministro, há duas formas de manejo das notícias falsas em utilização nas redes sociais. “A primeira delas é a manipulação de algumas premissas verdadeiras, que junta várias informações verdadeiras que aconteceram chegando a uma conclusão falsa. A segunda delas é a utilização de mídias tradicionais para se plantar fake news e, a partir disso, as campanhas replicam essas fake news,

dizendo que ‘isso é uma notícia’, explicou.

Moraes afirmou, ainda, que a Justiça Eleitoral está pronta para punir os responsáveis por disseminar fake news. “Não se pode admitir mídia tradicional de aluguel, que faz uma suposta informação jornalística absolutamente fraudulenta para permitir que se replique isso. Esses casos cresceram muito a partir do segundo turno, e devem ser combatidos para garantir a informação de verdade”, avisou.

A contra-ofensiva do TSE às mentiras foi durante o julgamento de uma ação protocolada pela campanha do presidencial Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a remoção de um vídeo publicado pelo canal bolsonarista Brasil Paralelo. Por 4 x 3, a Corte decidiu suspender o material, sob pena de multa de R\$ 10 mil por cada dia de veiculação.

Os ministros consideraram que a peça elaborada pelos

apoadores de Bolsonaro causa “desordem informacional” por atribuir a Lula a culpa direta por casos de corrupção que ocorreram durante o mandato como presidente da República, como, por exemplo, o escândalo do Mensalão.

Na sessão, o ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente do TSE, destacou que a matéria divulgada pelo Brasil Paralelo atribui a Lula escândalos com os quais o petista jamais teve conexão. Por isso, segundo ele, o material representava uma “grave desordem informacional”. “Estamos diante de um fenômeno novo, o fenômeno da desinformação, que vai além da fake news. O eleitor não está preparado para receber esse tipo de desordem informacional”, ressaltou.

Mídia tradicional

O TSE também discutiu a responsabilidade da mídia

tradicional sobre as fake news. Para Moraes, os veículos também devem ser punidos caso divulguem notícias falsas. A afirmação foi durante apreciação de uma ação contra o site Lulafix, criado pela campanha de Bolsonaro para atacar o petista.

“Não podemos achar que mídias tradicionais só falam a verdade. Se a mídia tradicional também propaga notícia falsa, as consequências legais são as mesmas das redes sociais. Não é por ser mídia tradicional que pode falar o que bem entender”, observou.

Nessa ação, os ministros do TSE decidiram manter o Lulafix no ar, mas determinaram a remoção do vídeo sobre o “kit gay”. A Corte ainda ordenou que sejam feitos ajustes na página da web para esclarecer que se trata de um material de campanha dos bolsonaristas.

Alejandro Zambrana/Secvcm/TSE



Para Moraes, imprensa não pode ser conivente com mentiras ao dar a elas espaço no noticiário: “Não se pode admitir mídia tradicional de aluguel”

Damares: relato veio de conversa na rua

A senadora eleita Damares Alves (Republicanos-DF) afirmou, ontem, que os relatos que fez, dias atrás, sobre a exploração sexual de crianças no Arquipélago de Marajó foram com base em conversas que teve com pessoas na rua. Ela admitiu isso em entrevista à Rádio Bandeirantes, quando indagada sobre as cobranças que tem recebido para apresentar provas sobre o vídeo em que conta os casos de violência, durante um culto em uma igreja evangélica em Goiânia, no último final de semana.

“O que eu falo no meu vídeo são as conversas que eu tenho com o povo na rua. Eu não tenho acesso, os dados são sigilosos. Mas nenhuma denúncia que chegou na ouvidoria deixou de ser encaminhada”, explicou. O vídeo foi amplamente divulgado entre os grupos de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Porém, pouco antes, na mesma entrevista, Damares deu outra versão para o caso. Ela afirmou que “relatórios da CPI da Pedofilia” do Senado e inquéritos poderiam comprovar as declarações. “Vocês querem que eu

fale, agora, o nome da criança, o número do inquérito, o nome do delegado? Eu tenho aqui, eu estou em casa, mas tudo isso está documentado. Eu não estou inventando”, rebateu.

Sem denúncias

Ao mesmo tempo em que Damares não apresenta provas para as afirmações que fez sobre o abuso sexual de crianças e bebês em Marajó, o Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) afirma que não existem denúncias semelhantes aos relatos da senadora. Em comunicado oficial, o órgão salientou que, nos últimos 30 anos, não se tem ciência das “torturas citadas” pela ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

“O Ministério Público Federal (MPF) atuou, de 2006 a 2015, em três inquéritos civis e um inquérito policial instaurados a partir de denúncias sobre supostos casos de tráfico internacional de crianças que teriam ocorrido desde 1992 no Arquipélago do Marajó, no Pará. Nenhuma das denúncias mencionou nada semelhante às torturas citadas pela

ex-ministra”, diz a nota.

Diante dos relatos de Damares, a Polícia Civil e o MPF-PA solicitaram ao governo federal provas das declarações, além de descrever as medidas que teriam sido adotadas pela pasta então comandada pela senadora eleita.

Na nota, o MPF-PA afirmou que até agora não recebeu as comprovações solicitadas. “Em relação a denúncias recebidas pelo MPF que não tratavam de tráfico internacional de crianças ou de outro crime que deve ser julgado pela Justiça Federal, as denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA). Na última quarta-feira, o MP-PA divulgou nota informando que até agora também não recebeu denúncia formal ou prova do que a ex-ministra relatou”, salientou o órgão.

O MPF lembrou, também, do ofício encaminhado à secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos, Tatiana Barbosa de Alvarenga, no qual solicitou informações sobre “todos os detalhes que a pasta possua, para que sejam tomadas as providências cabíveis”. (LP)

» Sai do STF ação contra senadora

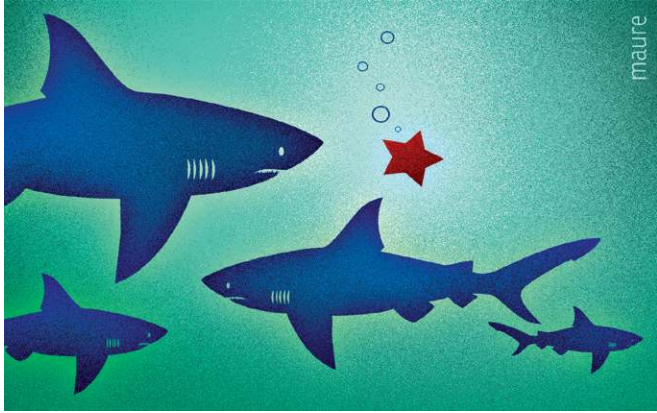
O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, enviou à Justiça Federal do Pará pedido de investigação a respeito das declarações da senadora eleita Damares Alves sobre os supostos abusos sexuais, no Arquipélago do Marajó, que ela relatou ter conhecimento. Ele ressaltou que embora a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos tenha mencionado o nome do presidente Jair Bolsonaro (PL), a citação não é suficiente para manter o processo no STF. A ação foi apresentada pelo grupo Prerrogativas, que reúne advogados simpáticos à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os defensores pediram a instauração de um inquérito e a determinação de medidas investigatórias para apuração de suposto crime de Damares por prevaricação.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A disputa pela direção intelectual e moral da sociedade

Um dos organizadores da edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, de Antônio Gramsci, sob a liderança de Carlos Nelson Coutinho e a participação de Luiz Sérgio Henriques (obra que acaba de ser reeditada pela Editora Civilização Brasileira), o cientista político e professor livre docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Marco Aurélio Nogueira, a propósito da coluna publicada ontem, intitulada *Guerra de posições*, fez observações muito pertinentes sobre a disputa pela direção intelectual e moral da sociedade.

Transcrevo-as a seguir seus comentários sobre a disputa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) nesse terreno: “Você usa o conceito de direção intelectual e moral, que é utilíssimo na formulação da hegemonia. Mas acho que não está certo falar que ‘o segundo turno das eleições opõe, de um lado, o domínio político do governo Bolsonaro e, de outro, a direção intelectual e moral da sociedade protagonizada pela oposição liderada por Lula’. Você acrescenta que ‘Quem conseguir juntar domínio, pela via eleitoral, e direção, exercendo o poder, governará o país pelos próximos quatro anos’. E mais: ‘O chefe do Executivo já tem o domínio, mas perdeu a direção moral, que tenta recuperar’”.

Depois desse resumo, Nogueira comenta: “Duas coisas me vieram à mente. (1) Bolsonaro não perdeu a direção intelectual e moral: 50% dos eleitores estão com ele e o seguem justamente como ‘dirigente’. (2) Lula está disputando essa direção, mas ainda não a tem. Numa eleição, vence quem dirige, não quem domina. E o poder é uma situação típica de domínio, não necessariamente de direção. Quem exercer o poder pode dirigir também, mas desde que busque fazer isso, não automaticamente. Por isso, Gramsci fala que antes de se chegar ao poder, seria conveniente que se tratasse de conquistar a direção”.

São observações que ilustram a complexidade do cenário eleitoral, no qual Bolsonaro, neste segundo turno, estabeleceu como eixo de campanha exatamente a disputa pela “direção moral” da sociedade, com uma estratégia na qual empunha as bandeiras da ética, da família unicelular patriarcal, da fé em Deus e da liberdade individual. Com isso, conseguiu reduzir a vantagem de Lula no primeiro turno, que mantinha uma liderança folgada até às vésperas da votação.

Senso comum

Bolsonaro estruturou sua campanha em torno dessas bandeiras e organizou uma base política orgânica nas redes sociais, que tem revelado grande poder de mobilização e protagoniza a radicalização política e ideológica na sociedade desde as eleições de 2018. O uso de fake news para aumentar a rejeição de Lula e reduzir a sua própria vem sendo recorrente na campanha do presidente, mas isso não elimina, e até reforça, o fato de que ancora seus ataques ao petista no senso comum da população, que é majoritariamente conservador.

Conversando sobre isso, Nogueira chamou-me a atenção para o fato de que a campanha de Lula está focada, principalmente, na comparação dos resultados econômicos de seus dois mandatos com os de Bolsonaro, que pleiteia a reeleição. Ou seja: o petista privilegia o terreno das questões econômicas. Até agora, vem tendo sucesso ao escolher esse terreno de batalha, porém, é inegável que as ações do governo para melhorar o ambiente econômico estão influenciando os eleitores, como comprovam as pesquisas, que mostram redução da rejeição de Bolsonaro e da desaprovção de seu governo. Isso limita o peso da economia na decisão de voto.

É bom lembrar que o governo é a forma mais concentrada de poder e Bolsonaro não tem o menor pudor em utilizar a máquina federal para alavancar sua candidatura. O fato de estar no poder, ou seja, numa situação de domínio, é uma vantagem estratégica na campanha eleitoral dos que concorrem à reeleição, porque controla estruturas capazes de mudar a correlação de forças eleitorais. Mas, no caso de Bolsonaro, isso ocorre de forma sem precedentes, devido à aprovação do “estado de emergência” pelo Congresso, que possibilita a realização de gastos e outras ações governamentais em plena campanha eleitoral.

Nesse cenário, o que pode fazer a diferença é a tal capacidade de liderança intelectual e moral da sociedade. Lula chegou a exercê-la, em razão da alta rejeição de Bolsonaro, até o resultado das urnas em 2 de outubro. Já no primeiro turno, revelou dificuldades nos debates para lidar com as agendas negativas do mensalão e do petróleo. Juridicamente, a Operação Lava-Jato morreu de morte matada, mas a questão ética está vivíssima em termos eleitorais, como comprova a eleição do ex-juiz Sergio Moro ao Senado, pelo Paraná. Esse é o maior obstáculo a ser enfrentado por Lula no segundo turno contra Bolsonaro.

GOVERNO É A
FORMA MAIS
CONCENTRADA
DE PODER E
BOLSONARO
NÃO TEM O
MENOR PUDOR
EM UTILIZAR
A MÁQUINA
FEDERAL PARA
ALAVANCAR A
CANDIDATURA